

ARRECADAÇÃO DO ICMS CRESCCE 8% EM MAIO: QUEM TEM MEDO DA NEGOCIAÇÃO?

No exato momento em que surgem os primeiros números da arrecadação de maio, indicando um crescimento de 8% em relação ao mesmo mês de 1999, o Cruesp endurece e se recusa a realizar novas rodadas de negociação. Mais uma vez, a previsão do Fórum das Seis (considerada "demasiado otimista" pelo Cruesp) fica aquém da arrecadação real. E o Cruesp, mais uma vez, foge da negociação.

Uma nova rodada de negociações, que deveria ocorrer na semana passada, foi frustrada por novo ardil do Cruesp. E, com a manobra, os reitores da USP e Unesp deixaram até mesmo de cumprir determinação de seus respectivos Conselhos Universitários de realizar pelo menos uma rodada semanal de negociação Cruesp-Fórum.

Tudo começou quando, em resposta ao ofício do Fórum, de 31/05, pela realização de negociações, o Secretário Executivo do Cruesp, Prof. Hélio Nogueira Cruz, respondeu dizendo haver uma "pré-condição" para a reunião: "a desativação em definitivo de piquetes" nos campi das três universidades (ver p. 2: *Vai-e-vem das Mensagens Cruesp-Fórum*). O Coordenador do Fórum, em resposta, esclareceu (ao estranhamente desinformado Cruesp) que um dos princípios do seu funcionamento, desde sua origem, é o "respeito tanto às deliberações, quanto à au-

tonomia de que gozam as entidades" que compõem o Fórum.

A resposta do Prof. Hélio Cruz (leia-se, Cruesp) desconheceu a informação do Fórum, dizendo manter as "condições estabelecidas" e denunciando um "caráter de coação ostensiva e não de convencimento" nos piquetes no campus da USP. Insistindo na negociação, o Coordenador do Fórum lembrou ao Cruesp que a rodada de negociações realizada no dia 27/05 ocorrera *com a existência dos referidos piquetes*, sem que isso tivesse sido apontado, na reunião, como problema ou motivo de impedimento para conversa.

Como se tratava de mero artifício para prolongar a greve, apostando no seu enfraquecimento, o Cruesp respondeu insistindo nos termos dos ofícios anteriores. E nenhuma reunião aconteceu.

Quem tem medo da negociação? De que lado está a intransigência? O que aconteceria se o Fórum tivesse colocado como condição de negociação a retirada das ações judiciais dos Reitores da Usp e da Unicamp contra o Sintusp e o STU, respectivamente? Essas medidas sim têm "caráter de coação ostensiva e não de convencimento".

Chega de diversionismo! Exigimos seriedade: **NEGOCIAÇÃO JÁ!**

PLENÁRIA DA ASSEMBLÉIA PERMANENTE

Às 14 horas
Auditório da Adunicamp

PAUTA:

- 1) Informes;
- 2) Comissão;
- 3) Andamentos das negociações.

Dia 6/6
(3ª feira)

FESTA JUNINA DA ARRECAÇÃO DE MAIO

Em comemoração ao crescimento de 8% na arrecadação de ICMS de maio, a Adunicamp promoverá uma festa junina logo após a realização da Plenária da Assembléia Permanente de terça-feira, 06/06. Quentão, pipoca, vinho quente e música ao vivo. Apareça!

Vai-e-vem das Mensagens Cruesp-Fórum

31/05: Fórum oficia ao Cruesp solicitando reunião de negociação.

31/05: Cruesp responde ao Fórum que *"poderá convocar a reunião solicitada"* para o dia seguinte, 1º de junho: *"A pré-condição para tanto – diz o ofício – é a desativação em definitivo, de piquetes que inviabilizem atividades em qualquer um dos campi das três universidades"*.

01/06: Fórum confirma, por ofício, sua *"disposição de realizar a reunião de negociação"* no mesmo dia, mas responde à condição imposta pelo Cruesp com a informação de *"dois princípios básicos"* que condicionam a existência do Fórum *"desde a sua origem"* (i) *"respeito tanto às deliberações, quanto à autonomia de que gozam as entidades que o compõem;* (ii) *"todas as decisões políticas são tomadas por consenso"*. Afirma, por fim, que as decisões tomadas nas assembleias das categorias, nas três universidades, garantiam *"condições para a reunião de negociação"*.

01/06: Cruesp responde informando estarem *"mantidas as condições estabelecidas"* na correspondência de 31/05, e propondo, como se afirmasse um fato: *"para toda a comunidade acadêmica e opinião pública é notório que os piquetes no campus da USP têm um caráter de coação extensiva e não de convencimento"*.

01/06: Insistindo na retomada imediata das negociações, o coordenador do Fórum responde ao Cruesp lembrando que *"as condições alegadas pelos reitores"*, da existência de piquetes na USP, já ocorriam no dia 27 de maio, quando se realizou a reunião de negociação anterior, sem que isso fosse apontado como problema. E encerra lembrando que *"a evolução do ICMS confirma as expectativas de crescimento previstas pelo Fórum das Seis, como verificado nos cinco primeiros meses de 2000"*.

02/06: Cruesp faz menção de não ter compreendido o argumento do Fórum, e afirma: *"estranhamos a teor do seu segundo ofício de ontem (...) que silencia sobre o caráter de coação e não de convencimento dos piquetes que impedem atividades administrativas na USP e inviabilizam negociações frutíferas"*, reiterando *"as termos do nosso ofício anterior"*, pedindo *"esforços concretos do Fórum para a construção de um clima propício ao diálogo e ao entendimento"*.

02/06: Imediatamente, o Fórum encaminhou novo comunicado ao Cruesp apresentando uma agenda de rodadas de negociação (ver reprodução ao lado).

FORUM das seis

São Paulo, 02 de junho de 2000

Ines Joekes
Dr. Paulo Nogueira de Cruz
Secretaria Executiva do Fórum
Dr. José Magnifico Reinos

Prezado Sr.

O Fórum das Seis não tem nenhum interesse em transformar a relação com o Cruesp em luta ganha-de-graça.

Referente a desejo de um movimento de fugiente legitimidade e justiça, temos insistido em manter um processo contínuo de negociações abertas das reivindicações de professores e funcionários.

Em lugar de esquecer as áreas de desvios indolgentes com as exigidas pela conjuntura, que poderiam ser resolvidas como falta de prioridades próprias adequadas e atualizadas, que o Conselho resolve imediatamente, a negociar com o Fórum das Seis. Lembramos que os Conselhos Universitários da USP e UNESP recomendaram a constituição de mesas especiais de negociação entre Cruesp e o Fórum das Seis.

A perspectiva realista de tentar ampliar o movimento tem consequências sérias para o trabalho acadêmico. A racionalidade e sentido do momento, circunstanciais nos projetos elaborados por professores e funcionários, não pode ser respondida com o isolamento do processo de diálogo, através a pré-condição que tem mais a ver com um ataque ideológico à estrutura sindical do que com a natureza de ações unitárias.

No sentido de recompor a atmosfera de negociação, o Fórum das Seis propõe ao Cruesp a seguinte agenda de rodadas de negociação:

1ª Rodada, 05: Mesa de Trabalho Técnico
2ª Rodada, 06: Mesa de Negociação
3ª Rodada, 07: Mesa de Negociação

Apresentando uma resposta positiva, que certamente contribuirá para a reatuação das negociações no âmbito da Universidade, subscritores:

(Assinaturas)
Miguel Louie de Aguiar
Coordenador do Fórum das Seis

Manifestação de representantes docentes no CONSU

Como legítimos representantes do corpo docente da Unicamp no CONSU, eleitos por nossas categorias, às quais temos o dever e responsabilidade de representar, queremos manifestar nossa indignação e repúdio com relação aos fatos que impediram a realização da reunião ordinária deste Conselho na data de 30/05/2000.

1. Entendemos que a liberdade de expressão nos foros legítimos da Universidade deve ser preservada, e não aviltada através de coação de qualquer natureza. Como já noticiado no 'Boletim Adunicamp' do dia 31/05, houve um "piquete de convencimento". Entretanto, devemos esclarecer que, num momento seguinte, houve também um piquete físico, impossibilitando o acesso de

vários conselheiros e convidados ao recinto da reunião, que, conseqüentemente, não teve o quorum necessário.

2. Vários dos representantes dos centes tentaram convencer as representações das categorias discente e de servidores não docentes a participarem da reunião do CONSU, porém respeitando suas posições de não participação. Esperávamos que este mesmo respeito tivesse ocorrido, por parte destas categorias, à nossa decisão de participação, apoiada pela assembleia da Adunicamp em 29/05.

3. Não questionamos a legitimidade do movimento grevista. Entendemos que o cerne de todo este movimento está em combater o autoritarismo e a intransigência, apoi-

ados na autonomia universitária e preservando a ordem Institucional. É importante que haja consciência, por parte de toda a comunidade universitária, de que todos devem defender a Institucionalidade e o fortalecimento da Universidade.

ASSINAM:

Alcir J. Monticelli, Aureo T. Yamada, Claudia M. Bauzer Medeiros, Daniel J. Hogan, Eliézer R. de Oliveira, Euclides M. Neto, Fernando F. Costa, George G. Kleiman, Ines Joekes, José Newton C. Carpintéro, Kikyo Yamamoto, Leandro R. Tessler, Marco Antônio Teixeira, Maria Antonia Galeazzi, Milton Mori, Oscar F. de Lima, Paulo J. S. Moran, Regina Müller, Teresa D. Z. Atvars.

Perguntar não ofende

Quadro ao lado: despesas de pessoal e encargos realizadas em 1999, como informado pela Unicamp à Secretaria da Fazenda: R\$ 328.386.509,05

Quadro abaixo: despesas de pessoal e encargos na Planilha de Fechamento de 1999 do Cruesp: R\$ 363.408.880,00

Diferença: R\$ 35.022.370,95

Pergunta: por que essa diferença, equivalente a quase um mês dos recursos de ICMS da Unicamp?

Comprometimento acumulado no ano de 1999 com as despesas de pessoal e encargos da planilha do Cruesp: 90,67% (ver quadro abaixo).

Comprometimento acumulado no ano de 1999 com as despesas de pessoal e encargos segundo dados informados à Secretaria da Fazenda: 81,94%.

Pergunta: qual é o verdadeiro comprometimento com a folha da Unicamp?

Essas e outras perguntas queremos fazer na próxima reunião de negociação com o Cruesp.

www.fazenda.sp.gov.br

Secretaria da Fazenda de São Paulo
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Início | Índice | e-mail | Download | Mapa do Site

Execução Orçamentária da Administração Direta e Indireta do Estado
Clique nas contas para obter seus detalhes
NOVA PESSOA

Atividade - SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - Despesas

Data de Referência: 1999

	Valor
DESPESAS CORRENTES	407.956.336,33
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	328.386.509,05
JURIS E ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA	90.298,13
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	79.429.528,95
DESPESAS DE CAPITAL	7.098.661,56
INVESTIMENTOS	4.638.321,14
INVERSÕES FINANCEIRAS	19.162,10
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	127.513,41
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	2.303.665,91
TOTAL	415.054.996,79

(Valores expressos em Reais)

Extrato da Planilha de Fechamento de 1999 do Cruesp

VALORES BRUTOS DA FOLHA DE PAGAMENTO EM R\$ 1,00				% DA FOLHA DE PAGAMENTO BRUTA SOBRE AS LIBERAÇÕES FINANCEIRAS				MÊS
UNIVERSIDADE				UNIVERSIDADE				
TOTAL	UNESP	UNICAMP	USP	TOTAL	UNESP	UNICAMP	USP	
				%	%	%	%	
127.788.764,00	31.998.867,00	29.583.458,00	66.206.439,00	111,01	113,46	112,01	109,44	JAN/99
124.182.884,00	31.615.813,00	29.454.921,00	63.112.150,00	101,47	105,44	104,90	98,13	FEV/99
125.654.408,00	31.947.683,00	29.195.585,00	64.511.160,00	93,77	97,31	94,95	91,80	MAR/99
127.008.227,00	31.989.283,00	29.128.910,00	65.890.034,00	93,05	95,65	93,01	91,85	ABR/99
128.385.857,00	32.090.786,00	29.632.613,00	66.662.458,00	90,51	92,34	91,04	89,42	MAI/99
130.824.518,00	32.295.535,00	30.949.909,00	67.579.074,00	96,72	97,46	99,73	95,07	JUN/99
129.365.298,00	32.464.828,00	31.044.752,00	65.855.718,00	87,81	89,94	91,84	85,06	JUL/99
127.465.328,00	32.420.867,00	30.874.117,00	64.170.344,00	87,84	90,98	92,52	83,95	AGO/99
128.958.807,00	32.423.577,00	30.840.493,00	65.692.537,00	78,43	80,46	81,75	76,02	SET/99
129.408.575,00	32.733.706,00	30.897.298,00	65.777.571,00	80,28	82,89	83,54	77,65	OUT/99
130.134.695,00	32.798.684,00	30.875.451,00	66.460.560,00	73,72	75,84	76,23	71,84	NOV/99
133.603.399,00	32.566.804,00	30.931.393,00	70.105.202,00	80,13	79,72	80,85	80,00	DEZ/99
1.542.778.560,00	387.346.433,00	363.408.880,00	792.023.247,00	88,32	90,51	90,67	86,28	TOT.ACUM.

Deliberações da plenária da Assembléia Permanente de 31/5

Com a presença de 156 docentes, foi aprovada a continuidade da greve, com apenas 16 votos contrários e 5 abstenções. Dois colegas apresentaram-se como candidatos a Delegado da Adunicamp aos Congressos Estadual e Nacional da CUT: o Prof. Ricardo Figueiredo (FEM) e o Prof. José Vittorio Zago (IMECC), sendo que este último foi o escolhido. Foi aprovada ainda a inclusão como ponto de pauta da próxima sessão Plenária a discussão sobre o tópico "Comissão". Por fim, foram aprovadas, sem votos contrários e com 6 abstenções, duas moções de repúdio à decretação do estado de calamidade pública na saúde em Campinas: uma dirigida ao Prefeito de Campinas e outra ao Reitor da Unicamp, sendo que esta última condenou o voto do representante de nossa universidade no Conselho Municipal de Saúde (ver textos na p. 4).

Conforme deliberação da Plenária da Assembléia Geral Permanente de 01/06/00, a Adunicamp passou a divulgar textos sobre o tópico "Comissão". Nesse sentido, já recebemos e divulgamos, por mensagem eletrônica, na página da Adunicamp e com cópias xerográficas, texto de autoria do Prof. Renato Dagnino. Esperamos outras contribuições para que possamos divulgá-las devidamente.

Calamitosas são as políticas oficiais!!!

Uma semana após a greve nas três Universidades Públicas Paulistas, os docentes e funcionários da área hospitalar da Unicamp decidiram iniciar a paralisação das atividades assistenciais. Tendo por princípios incondicionais o respeito à população, a manutenção dos atendimentos de urgência e emergência e o uso de critérios clínicos de risco para definir as atividades a serem interrompidas, os docentes da FCM solicitaram à Adunicamp que comunicasse oficialmente esta decisão ao Conselho Regional de Medicina e às Comissões de Ética do Hospital das Clínicas e do Caism.

Desde então, a área hospitalar tem dado a todos um exemplo de maturidade política e profissional, de respeito à população e a si próprios, enquanto profissionais éticos e competentes. Não apenas não aconteceu qualquer incidente, como os profissionais até subverteram o jogo ao propor aumentar as atividades em áreas de extrema delicadeza, como aconteceu com a decisão, por sinal aplaudida em nossa Assembléia, de incrementar a coleta de sangue, através da campanha "Sangue Novo".

Foi neste contexto que começaram a surgir declarações do Diretor da Diretoria Regional de Saúde (DIR), Prof. Dr. Marcelo Carvalho Ramos, docente da FCM, sobre mortes provocadas pela greve na saúde, de início categóricas, depois evasivas e finalmente reconhecendo erros nos dados. No mesmo clima, o Secretário Municipal de Saúde incita a população a recorrer à polícia se não fosse atendida nos serviços de saúde. E, como clímax, o prefeito decreta estado de calamidade pública na saúde em Campinas. Imediatamente, o Sindicato dos Médicos de Campinas entrou com representação contra os dois profissionais junto ao Conselho Regional de Medicina e ao Ministério Público.

Realmente, Campinas vive em estado de calamidade pública, porém cronicamente em todas as áreas sociais e não apenas na saúde. Calamitosas são as políticas oficiais!!!

No dia 31 de maio, o Conselho Municipal de Saúde se reuniu para discutir a decretação do estado de calamidade pública na saúde em Campinas. Docentes, médicos assistentes e funcionários da área da saúde da Unicamp participaram da reunião como convidados, tendo direito a voz e denunciaram que a responsabilidade pelas greves na Unicamp e na Prefeitura de Campinas são única e exclusivamente do reitor e do prefeito, que se assemelham na intransigência, na insensibilidade e na aposta no desgaste do movimento.

Também participou da reunião, como conselheiro, na condição de representante da Unicamp, o Prof. Dr. Roberto Teixeira Mendes, docente da FCM e Pró-Reitor de Extensão, que votou favoravelmente ao decreto do prefeito, configurando mais um ponto de identidade entre a reitoria e os governantes de plantão.

O Conselho Municipal de Saúde, com o voto da reitoria da Unicamp, aprovou por 8 votos a 7 a decretação do estado de calamidade pública na saúde em Campinas.

Os docentes da FCM, os médicos assistentes e os funcionários da área hospitalar decidiram, na reunião do Comando Unificado da Saúde, realizada em 1º de junho, encaminhar à Assembléia Geral Permanente da Adunicamp moções de repúdio à atitude do prefeito e à atitude do Pró-Reitor.

Atitudes diversionistas como estas legitimam e mantêm o estado de calamidade pública em que a população brasileira vive e resiste às políticas governamentais.

Moção de Repúdio

Considerando o compromisso histórico dos trabalhadores da área de Saúde da Unicamp contra o desmantelamento do SUS, uma das razões e móbais do atual movimento de greve, compromisso contra o qual se levanta agora o ato diversionista da Prefeitura de Campinas de decretação do estado de calamidade pública na saúde, a Plenária da Assembléia Geral Permanente da Adunicamp de 1/6/2000 repudia a atitude do representante da Reitoria da Unicamp no Conselho Municipal de Saúde, Prof. Dr. Roberto Teixeira Mendes, que votou favoravelmente à tal decretação.

A comunidade universitária da Unicamp não só não se vê representada em tal atitude, como sente-se agredida pela compactuação do representante da Reitoria da Unicamp com a atual situação de penúria no sistema público de saúde e pelo seu desconhecimento da legitimidade e força do atual movimento de greve nesta universidade.

ASSEMBLÉIA GERAL PERMANENTE

Moção de Repúdio

Considerando que o sucateamento do Sistema Público de Saúde é resultado de políticas governamentais calamitosas e que o atendimento à população só se mantém pela resistência dos trabalhadores da saúde, a Plenária da Assembléia Geral Permanente da Adunicamp de 1/6/2000 manifesta seu repúdio à decretação pela Prefeitura de Campinas do estado de calamidade pública na saúde.

O ato do Prefeito de Campinas é diversionista, já que pretende desviar o foco do real problema, que é o do estado crônico de desassistência, para incitar a população contra o presente movimento de greve, cujo objetivo é justamente de buscar barrar o processo de desmantelamento do SUS.

ASSEMBLÉIA GERAL PERMANENTE